

Educação é tema de painel especial

No painel “Ação coordenada de orçamentos vinculados à educação”, os promotores de Justiça Débora Vicente, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação (CAO Educação/MPRJ); Renata Carbonel, coordenadora do Grupo de Atuação Especializada em Educação (GAEDUC/MPRJ); e Emiliano Brunet, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, juntaram-se à procuradora da República Maria Cristina Manella, coordenadora Nacional do Projeto Ministério Público pela Educação, para debaterem os esforços do Ministério Público no combate ao desvio de recursos para a área educacional.

“Quando assumimos o CAO Educação/MPRJ passávamos pelo momento mais grave de crise fiscal no Estado do Rio. A essencialidade do financiamento à educação trouxe a dimensão de trabalharmos a discussão de uma metodologia que determinasse o controle da execução orçamentária, criando uma cultura de controle permanente da aplicação mínima dos recursos necessários à educação, definida pela Constituição”, destacou Débora. De acordo com Renata, foi preciso formular um olhar estratégico para tentar garantir o financiamento da educação. “Construímos cenários a partir das leis orçamentárias dos municípios e este foi o grande gancho que nos permitiu atuar de forma mais preventiva. Adotamos também a estratégia do controle preventivo das despesas realizadas para abrir a caixa preta da execução orçamentária dos municípios”, explicou a coordenadora do GAEDUC/MPRJ.

Já Emiliano lembrou das dificuldades de se garantir a aplicação legal dos 25% de recursos do Orçamento exigidos por lei na área educacional. “No Estado temos um sistema de conta única que ameaça a vinculação de recursos para a educação. O secretário de educação tem uma autonomia de palha, pois emite ordem de pagamento que vai ser honrada pela fazenda se ou quando ela determinar. Por isso, verificamos escolas com mais de um ano de aluguel atrasado, com ordens de pagamento paradas na fazenda e os dados computados como recursos empregados na manutenção e desenvolvimento do ensino”, criticou.

“Integridade como alicerce no combate à corrupção”

No último painel do primeiro dia do seminário, a promotora de Justiça Luciana Asper y Valdés, do MPDFT – TRF 4ª Região, destacou que a integridade é a sustentabilidade no combate a corrupção. “O papel dos órgãos de fiscalização é esse. Nossa sociedade normalizou alguns tipos de conduta erradas, por questões culturais e precisamos melhorar as ferramentas para que as pessoas se comportem de maneira íntegra para fomentar a formação de um cidadão que resista à corrupção”, afirmou. A programação do ‘Seminário CNMP e MPRJ: perspectivas sobre o combate à corrupção’ terá continuidade nesta sexta (15/03), com a realização de painéis com temas diversos, tais como ‘Experiências do MPRJ no combate à corrupção’, ‘Técnicas de lavagem de capitais’, ‘Cartéis em licitações públicas’, e ‘Acordos de leniência’.